

# **A QUEDA DAS DESIGUALDADES DE COR OU RAÇA E O CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 2000**

Processo de produção de conhecimento: Informativo de pesquisa em andamento

Grupo de Trabajo 08- Desigualdad, vulnerabilidad y exclusión social Descriptor GT08

Irene Rossetto  
Doutoranda em Sociologia / USP

Elisa Monçores  
Mestranda em Economia / UFF

Elaine Carvalho  
Pesquisadora LAESER/IE/UFRJ

## **Resumo:**

A década de 2000 foi para o Brasil a época da retomada do crescimento, associada à queda das desigualdades e à diminuição da pobreza. Neste novo cenário, o debate tem se voltado para o novo fenômeno social, conhecido como a “ascensão da nova classe média”. Além de uma crítica à definição conceitual deste fenômeno, este trabalho visa mostrar que a superação das desigualdades raciais, associada a um aumento da população preta & parda na “nova classe média”, deve ser problematizada.

Essa questão na verdade, além de sua dimensão teórica ou metodológica, contém uma importante dimensão normativa: a dificuldade de ascensão da população negra para escalões superiores da pirâmide social evidencia a necessidade de reforço das políticas públicas de igualdade racial.

**Palavras-chave: Desigualdades raciais, classe média, crescimento econômico**

## **1. Introdução**

A década de 2000 foi para o Brasil a época da retomada do crescimento e da diminuição da pobreza. Especialmente, significou a abertura de um novo ciclo econômico e social, onde o crescimento econômico se associou à queda das desigualdades.

Entre os anos de 2001 e 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro aumentou a uma taxa acumulada de 40,7%, tendo obtido crescimento para todos os anos da série a partir de 2003. Em termos per capita, verificou-se elevação acumulada de 27,3% no PIB para o mesmo período (IPEA, 2012).

No que diz respeito à desigualdade de renda, de 2001 a 2011 o índice de gini<sup>1</sup> do rendimento mensal de todas as fontes para pessoas de 10 anos ou mais de idade no país declinou de 0,572 para 0,508. Este movimento permitiu que se alcançasse o menor valor registrado para o índice em toda a série disponível a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios<sup>2</sup> (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 1981, cujo pico se deu na década de 1990, quando o mesmo indicador chegou a 0,602 (IBGE, 2012).

A queda da desigualdade de renda foi motivada principalmente pela melhora da situação do contingente mais pobre da população brasileira. De 2001 a 2011, a renda per capita auferida pela PNAD do décimo mais pobre da população cresceu 91,2%, enquanto o mesmo indicador para o décimo mais rico se elevou em apenas 16,6% (IPEA, op. cit.).

Os programas sociais de transferência de renda – entre os quais se destaca o Programa Bolsa Família (PBF) – e a política de valorização do salário mínimo nacional são considerados os principais responsáveis por tais resultados de queda da desigualdade e melhora da renda da população mais pobre (SOARES, F., SOARES, S., MEDEIROS, OSÓRIO, 2011; SABOIA, 2011; HOFFMANN & NEY, 2008).

Entre os anos de 2001 e 2011, o salário mínimo nacional apresentou trajetória de elevação consistente, e cresceu cerca de 54,0% em termos reais – isto é, já descontada a inflação (DIEESE, 2011). A importância do salário mínimo nacional para a renda da população brasileira é inegável. Para além da função de estabelecimento de patamar mínimo do salário dos trabalhadores do setor formal da economia, o salário mínimo também é base para a remuneração dos benefícios previdenciários brasileiros, assim como para o Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>3</sup>, cujo total de beneficiários somava 3,6 milhões de pessoas em 2011 (MDS, 2013).

Por outro lado, nos últimos anos, também vem sendo reconhecida a contribuição do PBF para a redução da extrema pobreza no país. O PBF foi criado em 2003, e é fruto da unificação de diversos outros programas de transferência de renda federais existentes à época. Desde então, o PBF é reconhecidamente a principal estratégia do Governo Federal de combate à pobreza e à pobreza extrema. Em março de 2011, assistia a aproximadamente 48,2 milhões de pessoas de acordo com os dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Desta forma, trata-se de uma das maiores políticas sociais brasileiras em termos de quantidade de beneficiários, superada apenas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a educação pública, e a previdência social (SOARES & SÁTYRO, 2010).

Os avanços descritos acima são especialmente importantes para a população preta & parda, historicamente vítima de discriminação e majoritariamente representada na base da pirâmide social brasileira. Em 2011, de acordo com dados da PNAD, os pretos & pardos de ambos os sexos formavam 69% do quinto mais pobre da população brasileira<sup>4</sup>. Assim, uma vez que este grupo representa a maior parte daqueles em situação de pobreza, é de se esperar que seja também esta parcela a principal beneficiada pelo aumento da renda dos mais pobres e pelas transferências governamentais.

De fato, em março de 2011, da população beneficiária do PBF, 73,4% dela (ou cerca de 35,4 milhões de pessoas) se autotransferenciava como preta & parda. Cabe destacar que o PBF também possui uma forte característica regional, de forma que metade de seus beneficiários (50,2%) se encontra na região nordeste do Brasil. E, entre os beneficiários do nordeste, 83,9% eram pretos & pardos em março de 2011 (tabela 1).

Influenciadas por tais efeitos, ao longo da década de 2000, as desigualdades de cor ou raça foram paulatinamente se reduzindo nos principais indicadores socioeconômicos brasileiros. Segundo dados da PNAD, entre os anos de 2001 e 2011, a assimetria da renda média familiar per capita entre brancos e pretos & pardos de ambos os sexos caiu 43,7%. Em dez anos, a renda média dos brancos se elevou em 26,3% em termos reais, enquanto a dos pretos & pardos cresceu 56,5% (gráfico 2).

Para o mesmo período, a média dos anos de estudo para o total da população passou de 5,0 para 6,3 anos, um aumento de 1,3 pontos percentuais. Já a assimetria de anos de estudo entre brancos e pretos & pardos se reduziu em 0,3 pontos percentuais no mesmo intervalo de tempo (gráfico 1).

Entretanto, apesar das quedas de assimetrias, deve-se considerar que as desigualdades de cor ou raça seguem elevadas. Em 2011, os brancos ainda possuíam renda familiar per capita 82,5% mais alta que os pretos & pardos. Enquanto os últimos tinham renda média de R\$ 563,69, os primeiros auferiam renda igual a R\$ 992,05. No que se refere à escolaridade, os brancos tinham em média 7,0 anos de estudo, enquanto os pretos & pardos possuíam 5,7 anos de estudo.

As melhoras sociais e econômicas supracitadas levaram alguns analistas a interpretações muito otimistas acerca das mudanças na estrutura social brasileira e da superação das desigualdades raciais no país. No momento em que o Brasil iniciou uma aparente trajetória de crescimento da

renda média, o debate se voltou para o novo fenômeno social, conhecido como a “ascensão da nova classe média”.

Decantada pela mídia, a ideia do crescimento de uma nova classe média se consolidou. Se por um lado, alguns especialistas, técnicos do governo e setores da imprensa adotaram este tipo de diagnóstico, que clama o “aumento da classe média” ou, de acordo com outros trabalhos, a “ascensão da classe C”; numerosas críticas podem ser movidas a uma interpretação do conceito de classe média apenas em termos de poder de compra, hábitos de consumo ou renda monetária.

De acordo com estudo divulgado pelos defensores do conceito de “nova classe média”, uma das consequências de seu aumento seria a homogeneização da participação de brancos e negros no interior deste grupo, e o consequente fim das assimetrias de cor ou raça neste setor (SAE, 2012).

Este artigo pretende questionar esta interpretação e mostrar que, ainda que as políticas sociais adotadas tenham conseguido mitigar situações de pobreza extrema e melhorar as condições de vida de uma parcela significativa da população – e que foram especialmente favoráveis a um amplo contingente de pretos & pardos – estas não foram capazes de reverter o quadro vigente das desigualdades de cor ou raça.

Além desta introdução, o artigo conta com mais três partes. A seção que se segue traz uma breve discussão a respeito do conceito de classe média, buscando apresentar e debater a definição oficial utilizada por órgãos do governo federal.

A terceira seção busca investigar especificamente o segmento denominado de classe média por estes órgãos. A intenção é mostrar como, mesmo que as desigualdades de cor ou raça ali verificadas sejam menores do que aquelas encontradas na distribuição do total da população, as mesmas ainda não podem ser consideradas superadas. Tal investigação será realizada através da análise exploratória de alguns indicadores selecionados da PNAD 2011, todos desagregados pelos grupos de cor ou raça.

Entre os indicadores, procurou-se privilegiar, além dos aspectos de rendimento, o uso daqueles que se acredita ser representativos de uma análise multidimensional da classe média. Entre eles estão: a existência de ao menos dois banheiros no domicílio, a posse de computador com acesso a internet e a colocação no mercado de trabalho, se no setor formal ou informal. Por fim, considerações finais encerram o artigo.

## **2. A ambiguidade da “ascensão da nova classe média”**

Nos últimos anos, manchetes como “Classe média já é mais de metade da população ativa do País: Pesquisa da FGV aponta que participação da classe C na PEA subiu para 51,89%; poder de compra cresce” (ESTADAO, 2008) e “A ascensão da classe média: Entre 2001 e 2011, quase 40 milhões de brasileiros migraram para a classe C, turbinando os negócios das empresas que apostaram nessa faixa de consumidores.” (Isto É - Dinheiro, 2012) pautam a mídia brasileira e consolidam um discurso em torno da ideia de expansão de uma nova classe média.

Mas de qual “nova classe média” ou “classe C” estamos falando?

Já há algum tempo, as empresas de pesquisa utilizam o Critério de Classificação Econômica Brasil, ou simplesmente Critério Brasil, para estimar o potencial de consumo das famílias brasileiras de acordo com classes econômicas ou de poder de compra. A partir desta classificação, a atenção é sempre focada na expansão da classe intermediária, a classe C, e na redução do número de pessoas nas faixas mais baixas de rendimento, ou seja, as classes D e E.

Neste quadro de melhoria, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) criou um Grupo de Trabalho, em setembro de 2011, com o objetivo de desenvolver uma definição para a nova classe média. De acordo com o relatório metodológico deste estudo, a SAE levanta a necessidade de criar um conceito simples de classificação para orientar as políticas públicas brasileiras, numa área onde não há consenso entre os pesquisadores sobre a melhor formulação do fenômeno (SAE, s.d.)<sup>5</sup>.

Após testar várias metodologias de mensuração, a SAE estabeleceu um critério para determinar o que haveria de ser essa classe média brasileira. A partir da polarização segundo seu grau de vulnerabilidade à pobreza, conceito inicialmente desenvolvido pelo Banco Mundial, a população foi dividida em três classes sociais: baixa, média e alta. Sucessivamente, estas também foram divididas em subclasses. Foram classificados como pobres aqueles indivíduos cuja probabilidade de permanecerem na pobreza ou de tornarem-se pobres fosse alta. Na classe média estariam as pessoas com baixa probabilidade de se tornarem pobres nos próximos cinco anos, e na classe alta estariam aqueles com probabilidade irrisória de virem a adentrar a pobreza.

O resultado deste processo determinou que a classe média brasileira seria formada por aqueles cidadãos que obtivessem renda familiar habitual per capita superior à R\$ 291,00 e inferior à R\$ 1.019,00, em valores de abril de 2012.

Assim, um homem solteiro vivendo sozinho com um salário mínimo nacional no valor vigente em 2012 (R\$ 622,00) é considerado pela SAE integrante da média classe média. Bem como uma família de quatro integrantes (um par de cônjuges e dois filhos, por exemplo) ganhando ao todo dois salários mínimos, é oficialmente pertencente ao mesmo grupo.

De acordo com esta metodologia, atualmente a classe média brasileira abrangeria 104 milhões de pessoas ou 53% da população. E entre 2002 e 2012, teria se elevado em 37 milhões de pessoas; e quase 80% deste aumento seria devido à entrada de novas pessoas na classe média (SAE, op. cit. ).

Contudo, numerosas críticas podem ser movidas a uma interpretação do conceito de classe média apenas em termos de poder de compra, hábitos de consumo ou renda monetária.

Em primeiro lugar, classificações econômicas das classes elaboradas apenas tendo como referência o rendimento ignoram a complexidade sociológica do tema. Focando apenas no debate clássico, podemos observar como este tipo de definição não leva em consideração nem a leitura marxista nem a weberiana sobre classes sociais. Na leitura histórico-estruturalista de tipo marxista, as classes sociais são condicionantes da ação coletiva na economia capitalista, de disputa entre opressores e oprimidos. Já na tradição weberiana, as classes sociais são definidas em torno das chances de vida econômica dos indivíduos, ou seja, as chances de oportunidade na vida de acordo com suas condições de mercado.

Já pela definição da SAE, a classe média é entendida apenas como um “grupo do meio” ou “posição intermediária” numa pirâmide social baseada em critérios de rendimentos monetários. São desconhecidas todas as implicações de identificação e de sociabilidade próprias de uma classe, bem como sua experiência e organização coletiva. Contudo, como o próprio projeto “Vozes da Classe Média” da SAE sustenta, seu objetivo é analisar as expectativas deste estrato populacional e sua propensão de gasto em relação a serviços públicos, como saúde, educação e previdência. Ou dito em outras palavras, sobre suas expectativas enquanto classe. Mas não deve ser esquecido que estas expectativas não são criadas apenas a partir de disponibilidade monetária de renda, mas remetem a valores, crenças, construções de caráter identitário e social definidas dentro do próprio grupo.

Uma segunda crítica que pode ser movida a esta interpretação é interna à própria abordagem economicista de definição de classe. Utilizar apenas o conceito de renda não reflete a multidimensionalidade do fenômeno. Se por um lado, entende-se a necessidade de um indicador sintético e bastante simples para a elaboração de políticas públicas, de outro lado o processo de homogeneização e simplificação da estratificação social daí derivado deve ser avaliado com cautela. Sem considerar a posição na estrutura ocupacional, a inserção no mercado de trabalho e outras condições sociais e culturais, a realidade deste fenômeno dificilmente poderá ser entendida na sua profundidade.

Uma terceira crítica diz respeito ao recorte monetário utilizado. Por exemplo, o enfoque nacional e recorte monetário único não levam em conta as diferenças regionais no padrão de vida<sup>6</sup>. Além disso, o rendimento poderia ser melhor captado quando medido por outras pesquisas- como a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE – do que com a PNAD.

É verdade que a própria SAE não desconhece a maioria das críticas acima apontadas e admite a inadequação do conceito, ou a existência de outras metodologias classificatórias alternativas (SAE, s.d.):

“Na verdade, o conceito de classe média é apenas um instrumento analítico capaz de organizar e hierarquizar a heterogeneidade das famílias brasileiras de tal forma a identificar o grupo no meio da pirâmide social. Sua validade deve ser avaliada não em termos de sua fidedignidade, mas sim em termos de sua utilidade analítica, seja para a compreensão da dinâmica social brasileira, seja para a melhoria do desenho e da adequação dos diversos programas sociais, contribuindo, portanto, para a sua maior eficácia.” (p.13).

A própria SAE reconhece que seria mais apropriado usar o termo “grupo do meio”, mas utiliza a expressão “classe média” sob a pretensa maior simplicidade e utilidade analítica deste.

Como observaremos na sessão a seguir, porém, no grupo assim identificado há uma grande heterogeneidade e os indicadores apresentados poderiam ser julgados não compatíveis com o que costuma se identificar por classe média de um ponto de vista sociológico, mas também no uso corrente do termo.

A grande visibilidade dada no discurso público e na mídia à “nova classe média” e à sua ambiguidade alimenta práticas de consumo e um discurso nativo sobre classe média que precisaria ser melhor problematizado.

### **3. O crescimento da classe média e as desigualdades raciais**

Em setembro de 2012, vários jornais e revistas de circulação nacional veicularam a notícia que os negros representariam 80% da nova classe média. As informações foram divulgadas em um estudo da SAE, que também apontava para o fato que este fenômeno geraria maior igualdade racial naquele grupo.

De acordo com o estudo, uma das consequências do aumento da classe média seria a homogeneização da participação de brancos e negros naquele grupo e o fim das assimetrias de cor ou raça. “Negros e brancos detêm aproximadamente a mesma proporção de pessoas na classe média (53% e 47% respectivamente). Além disso, tanto um grupo quanto o outro encontram-se em equilíbrio na classe média: 53% dos negros pertencem à classe média, bem como 53% dos brancos. Isso significa que no interior dessa classe já não há desigualdade racial!” (SAE, op. cit. , p. 24).

Sempre de acordo com aquele documento, as diferenças na participação de brancos e negros na classe baixa e alta ainda seriam grandes (com uma maior representação de negros na classe baixa e de brancos na classe alta), fazendo com que as desigualdades raciais brasileiras não possam ainda ser consideradas superadas. Se de um lado, o aumento do número da população preta & parda na classe média, calculada segundo a metodologia do SAE, não seja de maneira alguma desprezível; por outro lado, cabe uma investigação um pouco mais detida sobre a homogeneização desta classe e a real redução das desigualdades de cor ou raça, impulsionada por um movimento da elevação da renda da população preta & parda.

Com este intuito, utilizando os microdados da PNAD 2011, elaborada pelo IBGE, são investigadas as condições de vida daquela parcela da população definida pela SAE como classe média.

#### **3.a. Composição por quintos de renda da classe média (tabela 2 e gráfico 4)**

A partir dos microdados da PNAD 2011, primeiramente selecionou-se a população entendida pela SAE como classe média: pessoas com renda familiar habitual per capita entre R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00<sup>7</sup>. Em seguida, separou-se tal parcela da população em quintos de renda, dos 20% mais pobres aos 20% mais ricos.

Em 2011, os pretos & pardos representavam 50,5% do total de brasileiros da classe média. Já os brancos, no interior desta classe, teriam participação relativa de 48,7%. Os indígenas e amarelos, e os de cor ou raça ignorada, totalizavam 0,8% desse estrato.

Dentre os 20% mais pobres da classe média, os pretos & pardos respondiam por 60,4%. Por outro lado, neste grupo, os brancos apareciam em proporção bem menor: 38,9%.

Este quadro se repete nos três primeiros quintos mais pobres, situações onde a proporção de pretos & pardos era sempre superior a dos brancos. A participação relativa dos pretos & pardos nos quintos de renda seguiam, da mais representativa para a menos, em 54,5% no segundo quinto (contra 44,7% dos brancos), e 49,9% no terceiro quinto (frente 49,5% dos brancos).

No quarto e no último quinto, isto é, justamente entre aqueles cuja renda média era mais alta, os brancos formavam a maioria. Assim, o peso relativo desse grupo de cor ou raça era de 52,5%, no quarto quinto (pretos & pardos, 46,7%); e 57,8%, no último quinto (pretos & pardos, 41,3%).

Através da decomposição do rendimento médio per capita das classes médias branca e preta & parda, verificou-se que havia assimetria entre a renda dos dois grupos para todos os quintos, e tal desigualdade era sempre favorável aos brancos.

Em 2011, a renda média familiar per capita do total da classe média era de R\$ 569,88. Desagregando pelos grupos de cor ou raça, notou-se que os brancos possuíam rendimento mensal de R\$ 594,90, e os pretos & pardos de R\$ 545,66, explicitando-se, por tanto, assimetria de 9,0%.

As maiores diferenças de renda podiam ser encontradas no segundo e quarto quinto da classe média. Já as menores desigualdades ocorreriam nos extremos, entre os 20% mais pobres da classe média e os 20% mais ricos.

Desse modo, a renda média familiar per capita do segundo quinto dos brancos pertencentes à classe média era igual a R\$ 462,72. Este valor apresentava-se 13,0% mais alto que o rendimento dos pretos & pardos situados no quinto equivalente, que era de R\$ 409,59.

No quarto quinto, observou-se assimetria de rendimento entre brancos e pretos & pardos de 11,7%, favoravelmente ao grupo dos brancos. A classe média branca auferia rendimento médio de R\$ 703,09, enquanto a preta & parda de R\$ 629,24.

No quinto intermediário, a diferença de rendimento no interior da classe média para brancos e pretos & pardos era de 10,2%, favorável aos brancos. Nos quintos extremos, isto é, no primeiro e no último, as assimetrias encontradas eram de respectivamente, 6,3% e 5,4%.

Verificou-se que as desigualdades de cor ou raça encontradas no interior da classe média, no que tange ao rendimento médio domiciliar per capita, eram menores do que aquelas encontradas na distribuição do total da população por décimos de renda<sup>8</sup>. Todavia, mesmo dentro do grupo da classe média, as assimetrias, ainda baixas, eram sempre favoráveis ao grupo dos brancos.

Deste modo, embora tenha sido observado que a renda média dos brancos e dos pretos & pardos pertencentes ao primeiro quinto da distribuição da classe média fosse próxima (diferença de 6,3%), notou-se que, no quinto mais pobre, a participação relativa dos pretos & pardos se fazia 20,7 pontos percentuais superior a sua participação na classe média como um todo. O contrário ocorria no último quinto, onde apesar das desigualdades de cor ou raça serem igualmente reduzidas, o peso relativo dos pretos & pardos era inferior em 17,3 pontos percentuais a sua participação na classe média.

Portanto, observando a distribuição de renda da classe média, verificamos que as diferenças, mesmo que menores do que no total da população, permanecem. Se analisarmos outros indicadores que dizem respeito a características normalmente associadas à classe média ou a posições sociais de status mais elevado, observa-se que as diferenças entre brancos e pretos & pardos também se mantêm.

A seguir, serão apresentados alguns indicadores que permitem desenhar um breve perfil das pessoas que compõem este estrato intermediário. Serão descritos: o percentual de pessoas com 24 anos ou mais com ensino superior completo, a distribuição segundo as posições na ocupação das

peças com 24 anos ou mais, domicílios com até 2 moradores por dormitório, domicílios com pelo menos 2 banheiros, domicílios com computador com internet, e os domicílios com carro ou moto por uso pessoal.

Procurou-se privilegiar algumas medidas capazes de fornecerem um quadro sintético das características normalmente associadas à classe média, para além da dimensão monetária. Mesmo reconhecendo o caráter ainda exploratório e parcial desta investigação, os dados chamam bastante a atenção.

### **3.b. Breve perfil da “nova classe média” (gráficos 5 e 6 e tabela 3)**

O percentual de pessoas com 24 anos ou mais com ensino superior da classe média brasileira é de apenas 4,9% (aproximadamente 2,8 milhões de pessoas). Consequentemente, este mesmo indicador também aparece em proporções pouco expressivas para os grupos de cor ou raça desta parcela da população: 6% para os brancos e 3,8% para os pretos & pardos, ou, em números absolutos, 1,7 e 1,1 milhão de pessoas, respectivamente. Ainda assim, como é possível notar, a assimetria encontrada é favorável para o grupo dos brancos em 2,2 pontos percentuais.

No que diz respeito à taxa de formalidade e de informalidade dos trabalhadores da classe média brasileira, no presente estudo são consideradas como ocupações vinculadas ao setor formal o emprego no setor público com carteira assinada, o emprego no setor privado com carteira assinada, os militares ou funcionários públicos estatutários e os empregadores<sup>9</sup>;

As ocupações do setor informal são o emprego doméstico com e sem carteira assinada, o emprego sem carteira assinada nos setores público e privado, a ocupação por conta própria e a ocupação sem remuneração.

Em 2011, a taxa de informalidade da classe média brasileira foi de 49,2%. Já a taxa de formalidade dos trabalhadores brancos era de 53,8% e, dos pretos & pardos, de 48,2%, constatando-se uma diferença de 5,6 pontos percentuais favorável aos brancos. Ainda que a diferença não seja tão expressiva, podemos perceber a situação das ocupações dos postos de trabalho da classe média é precária para o grupo dos pretos & pardos.

Do total de domicílios da nova classe média brasileira, apenas 19,4% possuíam pelo menos dois banheiros; 32,5% tinham computador com acesso à internet; 49,7% possuíam carro ou moto e 86,0% tinham até dois moradores por dormitório.

Ao desagregarmos esses indicadores pelos grupos de cor ou raça do chefe do domicílio, encontramos algumas diferenças significativas. Entre os domicílios chefiados por brancos, 23% tinham ao menos dois banheiros, enquanto apenas 16,1% dos domicílios chefiados por pretos & pardos possuíam esta mesma característica. No que diz respeito aos computadores com acesso à internet, eles estavam presentes em 37,7% dos domicílios chefiados por brancos, frente apenas 27,8% dos domicílios chefiados por pretos & pardos.

## **4. Conclusão**

Os anos 2000 viram a retomada do crescimento econômico brasileiro, associado à diminuição da pobreza e das desigualdades sociais (e também de gênero, raciais, regionais).

Paralelamente, o debate se focou na “ascensão da nova classe média”. Sociologicamente, o conceito de classe média utilizado pela SAE é passível de diversas críticas no plano teórico. No momento em que o grupo evidenciado a partir de tal metodologia é analisado empiricamente sob a ótica de estatísticas descritivas, alguns questionamentos tornam-se ainda mais inevitáveis.

Utilizando-se dos critérios da SAE, menos de um quinto dos domicílios da “classe média” brasileira possuíam ao menos dois banheiros e somente 32,5% da dita “classe média” tinha em seu domicílio um computador com internet. Fora todas as outras contradições pontuadas ao longo do

artigo, cabe aqui explicitar a pergunta: seriam estes indicadores – e os demais indicadores anteriormente apresentados – verdadeiramente representativos de uma classe média?

Uma resposta mais robusta para esta pergunta ainda depende da continuidade do projeto de pesquisa e de uma discussão mais aprofundada, mas acredita-se que o presente trabalho aponte para a direção de uma resposta negativa. Não, dificilmente quaisquer uns dos indicadores aqui apresentados poderiam ser considerados como caracterizantes de uma classe média.

Ademais, pode-se constatar que se o último período foi inequivocamente marcado pela queda das assimetrias de cor ou raça, por outro lado, esse movimento não se deu com a intensidade suficiente para fazer com que na classe média, assim como medida pela SAE, as distâncias tenham sido superadas. Pode-se afirmar que os pretos & pardos nas classes médias ainda estão nos segmentos com menor poder aquisitivo, além de possuírem piores indicadores de escolaridade, trabalho e condições de vida.

Desta forma, a respeito da classe média brasileira, infelizmente, constata-se que a afirmação de que no interior dessa classe “já não há desigualdade racial!”, é decerto imprecisa, formando um idílio ainda distante. Essa questão na verdade, para além de sua dimensão teórica ou metodológica, também percorre uma importante dimensão normativa. Isso porque, na medida em que se constate que maiores empecilhos se fazem presentes para os pretos & pardos, dificultando-os de ascenderem aos escalões superiores no interior da pirâmide social. Enfim, tal conclusão mais uma vez se volta para o plano das políticas públicas, e da efetiva necessidade de reforço e aprofundamento das políticas de igualdade racial. Inclusive para os segmentos das classes médias.

### **Notas de rodapé**

1 O índice de gini é uma medida do grau de concentração de uma distribuição. Seu valor varia de zero (perfeita igualdade) a 1 (a desigualdade máxima).

2 A PNAD é uma pesquisa domiciliar amostral realizada anualmente pelo IBGE que visa investigar características gerais da população, como educação, trabalho, rendimento e habitação, entre outros aspectos da vida social e econômica.

3 Benefício de transferência de renda federal no valor de um salário mínimo garantido a idosos e pessoas com deficiência que possuam rendimento familiar per capita menor que  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

4 De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, a população preta & parda representa 50,7% do total da população brasileira.

5 Se é verdade que as políticas sociais brasileiras estão sempre mais desenhadas de acordo com critérios de focalização, e o aumento do número de brasileiros recém-saídos das condições de pobreza trazem novas necessidades para os formuladores de políticas públicas, de outro lado, não podemos esquecer que não é apenas o conceito de classe média que gera discordância entre os intelectuais. Por exemplo, a definição de linhas de pobreza é outro tema desafiador e que anima o debate sobre as políticas sociais brasileiras.

6 As regiões Norte e Nordeste, menos desenvolvidas, apresentam rendimentos inferiores ao resto do território nacional, mas o custo de vida nestas áreas é também inferior. Adicionalmente, há grande disparidade entre as áreas urbanas e rurais. E, no caso dos grandes centros metropolitanos brasileiros, a realização de obras infraestruturais e a de grandes eventos esportivos inflou muito o custo de vida nestas áreas.

7 Valores deflacionados para abril de 2012

8 Conforme análise realizada no boletim eletrônico mensal “Tempo em Curso”, Ano IV; Vol.4; nº 11, Novembro, 2012

9 Foram considerados empregadores mesmo aqueles trabalhadores que empregavam menos de cinco funcionários, contrariando a metodologia usualmente adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).



## Referências bibliográficas

- CANÇADO, P. (2012, 27 de abril). A ascensão da classe média. *Isto É Dinheiro*. São Paulo, ed. 760,. Disponível em: <[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/82545\\_A+ASCENSAO+DA+CLASSE+MEDIA](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/82545_A+ASCENSAO+DA+CLASSE+MEDIA)>. Acesso em: 8 agosto de 2013.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. (2011, 21 de outubro). *Cenário e Perspectivas da Economia Brasileira*. São Paulo: DIEESE.
- HOFFMANN, R.; NEY, M. G. (2008, junho). A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. *Econômica*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-39,
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2012). *Síntese de Indicadores Sociais*: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2012, 25 de setembro). *A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda*. Comunicado do Ipea nº 155. IPEADATA. *Base de Dados*. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: 10 de julho de 2013.
- LAESER. (2012, novembro). *TEMPO EM CURSO*, Ano IV; Vol. 4; nº 11.
- LAESER. (2012, dezembro). *TEMPO EM CURSO*, Ano IV; Vol. 4; nº 12.
- SABOIA, J. (2007). O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. G.; ULYSSEA, G. (Orgs). *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente* (volume 2). BRASÍLIA: IPEA.
- SARAIVA, A. (2008, 5 de agosto). Classe média já é mais de metade da população ativa do País. *Estadão*. São Paulo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,classe-media-ja-e-mais-de-metade-da-populacao-ativa-do-pais,217903,0.htm>
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. (s.d.). *Comissão para Definição da Classe Média no Brasil*. Brasília: SAE.
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. (2012, 20 de setembro). *Vozes da classe média*. Edição: marco zero. Brasília: SAE.
- SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. (2006). *Programas de transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade*. Brasília: IPEA.
- SOARES, S.; SÁTYRO, N. (2009). *O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras*. Brasília: IPEA.

## Anexo

Tabela 1 – Beneficiários do Programa Bolsa Família, desagregados pelos grupos de cor ou raça – Brasil e Grandes Regiões, março de 2011 (em número de beneficiários)

	<b>Branco</b>	<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Norte	481.696	4.985.236	149.646	5.616.578
Nordeste	3.746.671	20.286.022	156.480	24.189.173
Sudeste	4.558.701	7.427.976	45.096	12.031.773
Sul	2.923.275	909.181	35.311	3.867.767
Centro-oeste	631.894	789.821	75.550	2.497.265
<b>Brasil</b>	<b>12.342.237</b>	<b>35.398.236</b>	<b>462.083</b>	<b>48.202.556</b>

Fonte: MDS, microdados CadÚnico. Tabulação autores.

Tabela 2 – Renda média familiar per capita dos quintos de renda da classe média, desagregados pelos grupos de cor ou raça, Brasil, 2011 (em R\$ de abril de 2012/INPC)

	<b>Branco</b>	<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>Total</b>
1º quinto	348,83	328,16	338,35
2º quinto	462,72	409,59	435,72
3º quinto	571,37	518,59	544,55
4º quinto	703,09	629,24	665,54
5º quinto	888,49	842,73	865,21
<b>Total</b>	<b>594,9</b>	<b>545,66</b>	<b>569,88</b>

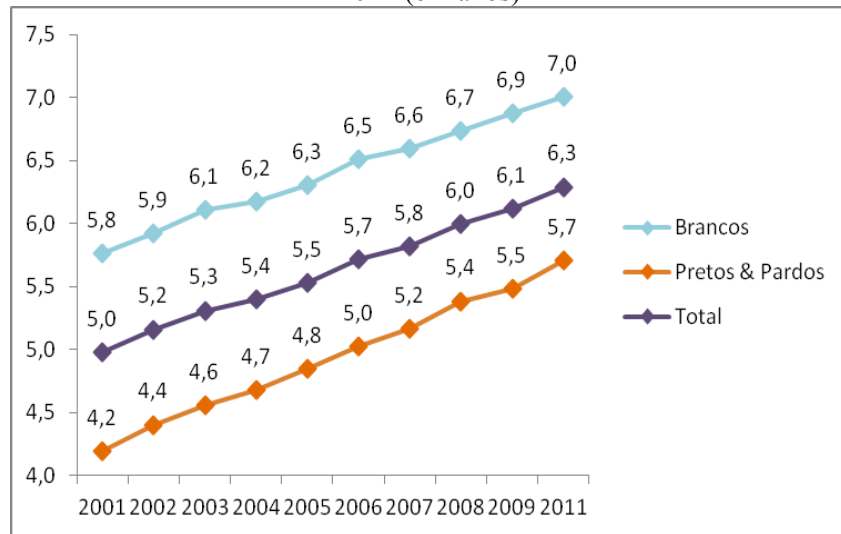
Fonte: IBGE, microdados PNAD. Tabulação autores.

Tabela 3 - Características dos domicílios da classe média, desagregados pela cor ou raça dos chefes das famílias, Brasil, 2011 (em % do total de domicílios particulares permanentes)

	<b>Branco</b>	<b>Pretos &amp; pardos</b>	<b>Total</b>
Pelo menos dois banheiros no domicílio	23	16,1	19,4
Computador com acesso a internet	37,7	27,8	32,5
Possui carro ou moto	57,4	42,8	49,7
Até dois moradores por dormitório	88,2	84,1	86

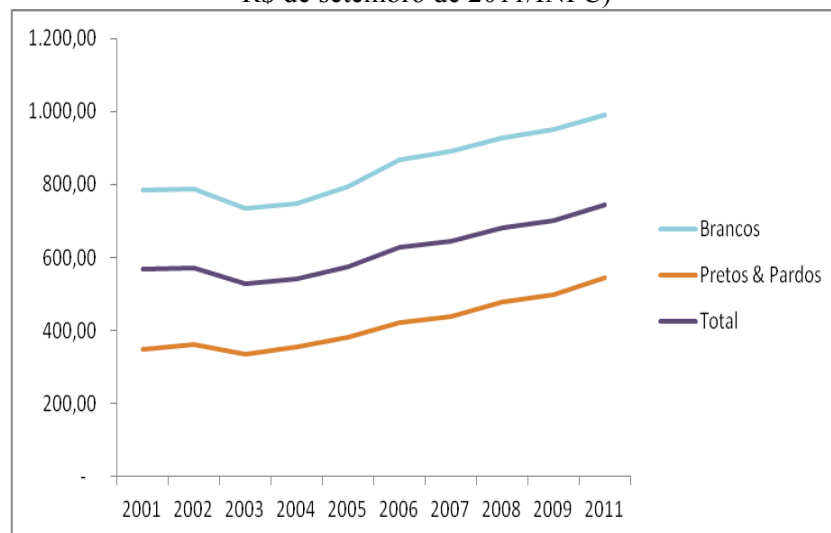
Fonte: IBGE, microdados PNAD. Tabulação autores.

Gráfico 1 - Anos médios de estudo da população, desagregados pelos grupos de cor ou raça, Brasil, 2001-2011 (em anos)



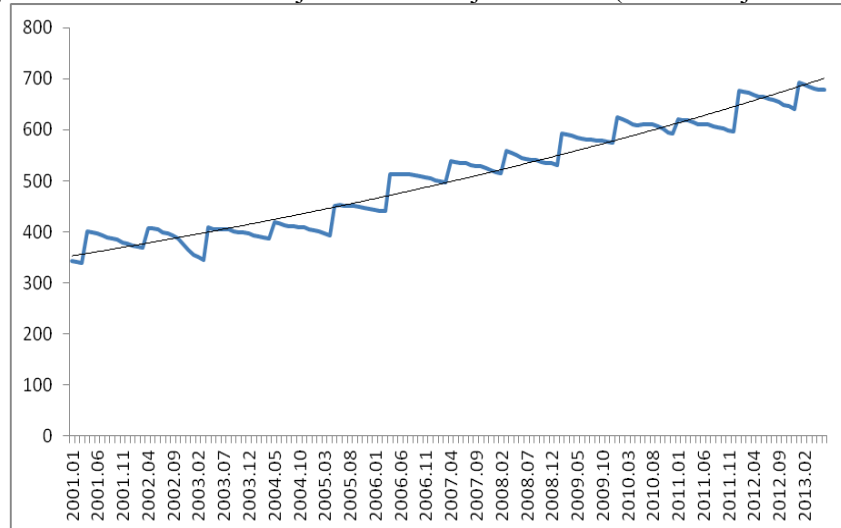
Fonte: IBGE, microdados PNAD. Tabulação autores.

Gráfico 2 - Renda média familiar per capita, desagregada pelos grupos de cor ou raça, Brasil, 2001-2011 (em R\$ de setembro de 2011/INPC)



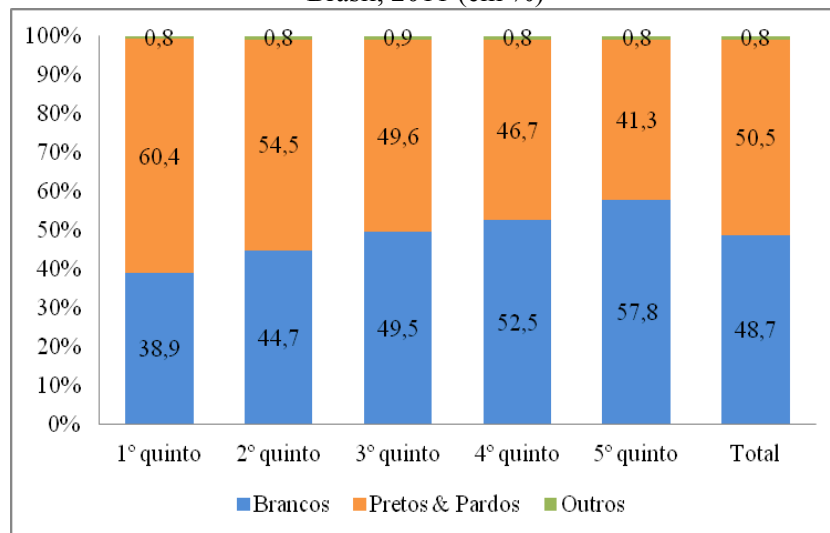
Fonte: IBGE, microdados PNAD. Tabulação autores.

Gráfico 3 - Evolução Salário mínimo real - janeiro 2001 a junho 2013 (em R\$ de junho de 2013/INPC)



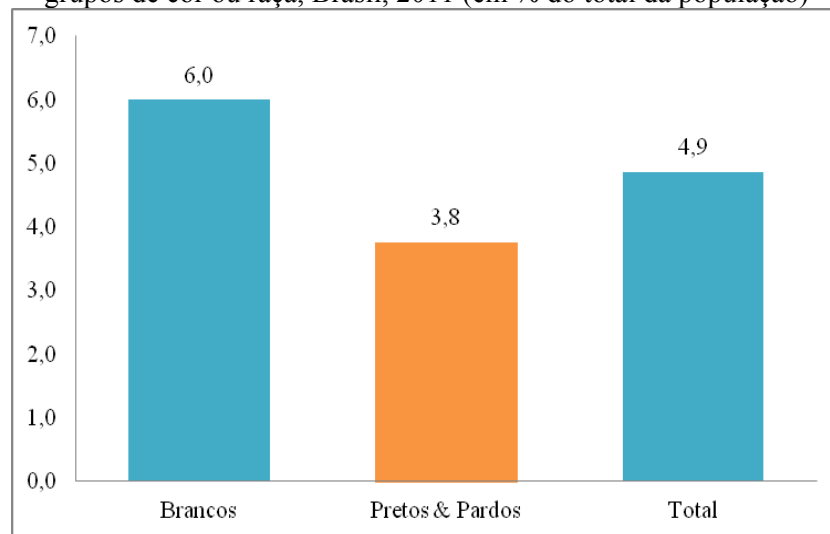
Fonte: IPEADATA.

Gráfico 4 - Composição de cor ou raça dos quintos de renda familiar per capita da classe média brasileira, Brasil, 2011 (em %)



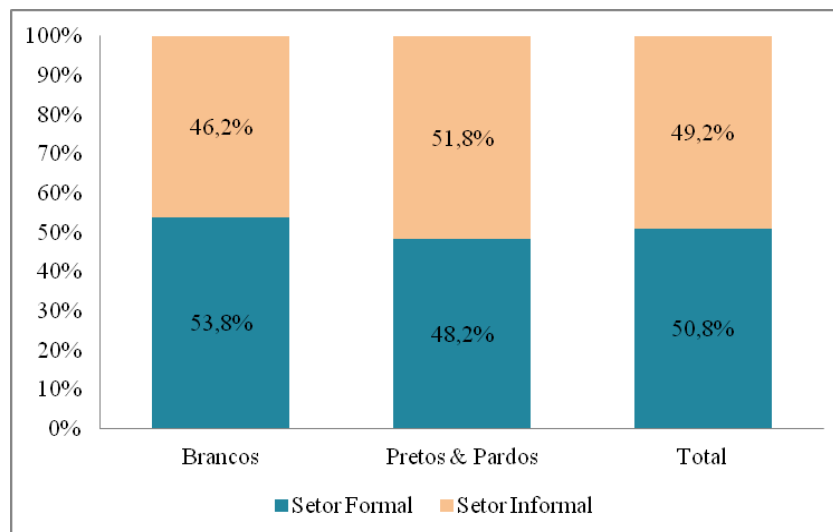
Fonte: IBGE, microdados PNAD. Tabulação autores.

Gráfico 5 - Percentual de pessoas com 24 anos ou mais com ensino superior completo, desagregado pelos grupos de cor ou raça, Brasil, 2011 (em % do total da população)



Fonte: IBGE, microdados PNAD. Tabulação autores.

Gráfico 6 - Distribuição segundo as posições na ocupação das pessoas com 24 anos ou mais, desagregadas pelos grupos de cor ou raça, Brasil, 2011 (em % do total da população ocupada)



Fonte: IBGE, microdados PNAD. Tabulação autores.